As medidas que o estado português está a implementar, nesta quadra natalícia, para nos defender da pandemia, são estapafúrdias…

Os epidemiologistas de todo o mundo são perentórios: não devia haver Natal para ninguém. No entanto, o estado português, acha que não; Natal pode haver, celebrações de passagem de ano é que não. Uma atitude que poderia ser explicada – ainda que irresponsável – se o Estado Português fosse um Estado Católico e onde a preferência por uma celebração de cariz religioso, face a uma outra de cariz profano, se justificava por si só. Mas não é: Portugal é um Estado Laico. E por isso, esta atitude inconsciente, e a duas medidas, não se entende…

Todo o comportamento governativo, ao longa desta nossa jornada pela sobrevivência, tem sido pautado pela arbitrariedade. A nossa DGS tem vindo, desde os primeiros tempos, e no seu cansativo e incapaz discurso, a contradizer-se. E isto não é só porque esta é uma situação nova e em evolução permanente, mas sim porque simplesmente não estava – e ainda não está – preparada para fazer o que se espera de uma Direcção Geral da Saúde – dotar-nos de informação credível e lógica, ser transparente, ser assertiva e directiva – e porque talvez não a deixem; mas sobre isso já lá iremos. Em vez de ter procurado fazer isso – teve mais do que tempo, nestes últimos meses, para evoluir nesse sentido – não o fez; e agora, em desespero de causa, recorreu a um senhor – que até tem Portugal no nome – para fazer um discurso infantilizado – talvez por acharem que somos nós que não os entendemos -, cheio de nada a não ser contradições e onde simplesmente se limita a sugerir medidas demasiado ridículas para serem exprimidas.

Infelizmente a nossa DGS é submissa ao governo; é uma organização de caracter consultivo: as medidas e as decisões cabem ao governo. Ainda assim, por muito difícil que deva estar a ser, porque se dirige diretamente ao povo português, devia procurar ter mais clareza e mais transparência e não fazer isto que está a fazer, porque isto é o mesmo que dizerem-nos: não façam, mas fazendo tenham cuidado e, se o fizeram, depois, não se admirem. É isto que esperamos de quem nos deveria bem aconselhar?

Certamente que não…

E porque será que é isto que temos?

Eu sou da opinião que a DGS, devidamente dotada de gente competente, deveria ser independente como os tribunais, porque está em causa a saúde pública e esta não deveria

ter de ser avaliada mediante outro tipo de critérios que não os da saúde… Sobre esta minha ideia, não me alongo, porque está clara; e, mais à frente, entenderão por que o digo, bem como a resposta à pergunta atrás feita.

Antes disso, quero falar da audácia, e ousadia, do senhor primeiro ministro, que teve a coragem de vir à televisão dizer que sabe que o Natal vai provocar um aumento dos casos de Covid19 e que é por isso que na Passagem de Ano têm de se apertar as restrições. Sou só eu, ou isto não faz mesmo sentido?

Sabendo que o Natal vai provocar o aumento de número de casos de Covid19, não seria de «proibir» o Natal?

A questão aqui é:

Porque razão se vai celebrar o Natal?

E qual a grande diferença, em termos de risco pandémico, entre o Natal e a Passagem de Ano?

Várias pessoas tentaram fazer com que o Primeiro Ministro respondesse a esta questão, mas ele soube sempre esquivar-se; como qualquer bom político. Mas verdade é que não há… O que há são interesses económicos e políticos.

O secretário Geral do PS está de olho nas próximas eleições e não quer se visto como o Primeiro Ministro que tirou o Natal aos portugueses; e, além disso, está de olho no encaixe que a compra de prendas vai trazer ao comércio… Mas não é só isso; está também a piscar o olho à Igreja, pois vai haver missa do galo para quem quiser. Só isto explica porque é que um Estado Laico, vai celebrar o Natal e não Passagem de Ano, em vez de não celebrar nenhum dos dois, como se vai passar em muitos países do Mundo.

Esta dualidade de critérios – a tal arbitrariedade que acima referi – que tem caracterizado as medidas de combate à Pandemia já não espanta ninguém; apesar de ninguém a entender. Mas – uma coisa é certa – ela existe por alguma razão e nenhuma delas é o bem-estar dos portugueses em geral, mas a cumprimento de compromissos e agendas de natureza política e económica; os tais critérios diversos dos da saúde pública que pesam mais que as sugestões da DGS.

Espero que o Senhor Primeiro Ministro tenha um Feliz e Santo Natal e que as alminhas dos velhinhos que ainda vão morrer, devido a invicta celebração natalícia, não lhe venha a prejudicar o apetite; nem na ceia nem nas futuras refeições. Caso prejudique, sugiro-lhe uma notinha de 200€, bem enroladinha em molho bechamel e abençoada pelo cardeal de lisboa; pode ser que lhe alive a azia de não ser recordado como o Primeiro Ministro que roubou o Natal aos portugueses, mas antes como aquele que condenou algumas centenas.

Imagem de Jill Wellington por Pixabay